

**ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de setembro de 2019, a partir das 14:30h, no Auditório da Procuradoria Geral de Justiça-PGJ do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, situado na Avenida Presidente Manoel Ferraz de Campo Sales, 214, Jardim Veraneio, **conforme convocação no âmbito do Procedimento Administrativo n. 09.2019.00001889-7, em trâmite nesta 32ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública de Campo Grande, realizou-se a AUDIÊNCIA PÚBLICA com o tema "SETEMBRO AMARELO: SUICÍDIO EM ALERTA".** Convocou-se a Audiência Pública, por meio do referido procedimento, tendo em vista os números alarmantes de ocorrências de suicídios tentados e consumados neste Estado e nesta Capital, tendo por objetivo abordar sobre o assunto, debater sobre os desafios, as deficiências e reforçar os acertos das políticas públicas direcionadas à Prevenção ao Suicídio em Mato Grosso do Sul e em Campo Grande, e bem assim, para coletar dados, informações e esclarecimentos voltados para a melhoria dos serviços de relevância pública e social, notadamente no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial/RAPS.

Iniciados os trabalhos, passando o ato a ser gravado mediante recurso de *áudio* - parte integrante da presente Ata Preliminar, foram convidados a compor a mesa as autoridades presentes, mais especificamente os Excelentíssimos(as) Senhores(as): **Drª Filomena Aparecida Depólito Fluminhan**, 32ª Promotora de Justiça da Saúde Pública de Campo Grande; **Dr. Marcos Antônio Martins Sottoriva**, Corregedor-Geral do Ministério Público de MS; **Drª Mariely Alves Corrêa**, representando o Secretário de Estado de Saúde (Dr. Geraldo Resende); **Dr. José Mauro Pinto de Castro Filho**, Secretário Municipal de Saúde Pública; **Deputado Antônio Vaz**, Presidente da Comissão Permanente de Saúde da Assembleia Legislativa; **Dr. Nélio Stábile**, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul - Coordenador do Comitê Estadual do Fórum do Judiciário para a Saúde; **Dr. Eduardo Cury**, Vereador, representando a Câmara Municipal de Campo Grande; **Dr. Juberty Antonio de Souza**, Presidente da Academia de Medicina

do MS, representando o Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul (Dr. *Alex Fabiano Nametala Finamore*).

Registraram-se ainda, a presença da **Drª Daniela Cristina Guiotti**, 57ª Promotora de Justiça - Coadjuvar da Promotoria de Justiça da Saúde Pública; **Drª Luciana do Amaral Rabelo**, 72ª Promotora de Justiça de Campo Grande; **Drª Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya**, Procuradora de Justiça; **Vereador Wilson Sami**; Representantes das Unidades Municipais de Saúde com serviço de saúde mental; Representantes dos Hospitais de Campo Grande com serviço de psiquiatria; entre demais presentes, conforme lista de presença que integra a presente Ata Preliminar.

**Presidindo a Audiência Pública, a 32ª Promotora de Justiça da Saúde Pública desta Capital, a Drª Filomena Aparecida Depólito Fluminhan** procedeu à abertura do Ato, inicialmente cumprimentou os integrantes da Mesa e agradeceu pela disposição e aquiescência dos Palestrantes na participação no evento, manifestando ainda sua satisfação pela presença do público. Em seguida, procedeu à explicação da sistemática da audiência pública.

**A Drª Filomena Aparecida Depólito Fluminhan**, assumindo a palavra no Ato, apresentou exposição circunstanciada, destacando a importância do debate desta problemática, o suicídio, diante dos crescentes índices de morte registradas em Mato Grosso do Sul, especialmente, nesta Capital. Expôs, nesse contexto, dados da Organização Mundial da Saúde/OMS acerca dos índices globais de suicídio e suas principais causas, destacando que, segundo essas fontes, o suicídio é a segunda maior causa de mortes entre jovens de 15 a 29 anos. Destacou que a previsão para 2020 é de aumento do número de mortes por suicídio, e que a redução da taxa de mortalidade faz parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização Mundial da Saúde até 2030. Discorreu, ademais, sobre os dados da Organização Mundial da Saúde em relação ao Brasil, o qual é entre os cinco países com maior no número absoluto de suicídio e o 1º da América latina. Ressaltou que, em vista desses dados, o Ministério da Saúde

vem desenvolvendo o Plano Nacional de Prevenção do Suicídio, e, para isso, lançou agenda de Ações Estratégicas para a vigilância e prevenção do suicídio e promoção da saúde no Brasil para o interregno de 2017/2020. No tocante a esta Capital, explanou sobre os dados do Ministério da Saúde, cujos índices despontam para Campo Grande como a 2ª Capital no ranking de Suicídio. Descreveu as informações obtidas da Vigilância em Saúde quanto ao número de suicídios no período de 2014 a 2018, nesta Capital. Pontuou que, em que pesem as políticas públicas atuais na seara da saúde mental, esses índices alarmantes mantêm curso crescente, pois, segundo dados informados pela Vigilância em Saúde, somente no primeiro semestre de 2019, foram registrados 610 suicídios tentados nesta Capital, perfazendo 101 tentativas por mês; e 100 suicídios consumados, perfazendo cerca de 16 suicídios por mês em Campo Grande, o que significa que ultrapassou o dobro da média registrada no ano passado, que era de 06 suicídios por mês. Finalizou que esses dados reforçam a necessidade de pronto enfrentamento e maior visibilidade da questão, não somente na esfera dos serviços públicos voltados à temática, mas também para conscientização geral, visando detectar sinais que permitam agir de modo preventivo. Nesse prisma, esclareceu o objetivo desta Audiência Pública, com essa finalidade de tratar e debater sobre o tema, compartilhar informações com as diferentes áreas de conhecimento e atuação e o público em geral presentes nesse Ato, para que se possa, em consonância com as políticas públicas, disponibilizar a atenção adequada e prevenir a ocorrência de mortes por suicídio.

Realizadas as considerações iniciais pela Presidente do Ato, na sequência, deu-se oportunidade aos integrantes da Mesa a fazerem uso da palavra, às 14:40min. No ensejo, os integrantes da Mesa realizaram breves explicações, nas seguintes ordens: o Dr. Juberty Antonio de Souza; o Dr. Eduardo Cury; Dr. Nélio Stábily; Deputado Antonio Vaz; Dr. José Mauro Pinto Filho, Drª Mariely Alves Correa; Dr. Marcos Antônio Martins Sottoriva;

Dando sequência aos atos, às 15h08min, o Cerimonial anunciou o desfazimento da Mesa para início das palestras, acerca da temática, invocando os Palestrantes a iniciar suas explicações.

Com início das Palestras às 15h10min, concedeu-se a palavra ao Dr. José Carlos Rosa Pires de Souza, o qual, em suma, expôs os benefícios do procedimento eletroconvulsoterapia, como importante aparato terapêutico no tratamento da de pacientes com transtornos mentais graves, levantando questionamento aos Gestores Públicos quanto as razões da ausência de disponibilização no tratamento no Município de Campo Grande. Nesse sentido, expôs que na Nota Técnica n. 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS do Ministério da Saúde, que dispõe sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas, a qual, prevê atualmente esse tratamento pelo Sistema Único de Saúde. Acerca da temática, explicou sobre as condutas passíveis de reconhecer os sinais de alerta do suicídio, pontuando que não se pode esperar apenas do Poder Público a adoção de medidas preventivas, sendo importante iniciativas como em escolas, igrejas, associações de bairros para maior sensibilização da sociedade em geral sobre o problema, que não deve ser tratado como um tabú. Destacou sobre a necessidade de tratamento da depressão, e alertou que este tem acometido o público jovem, daí a imprescindibilidade da atenção para o núcleo escolar. Dr. José Carlos encerrou sua palestra às 15:27.

Dada a palavra ao público, houve questionamento de pessoa presente na plateia, a qual destacou sobre a necessidade de ampliar essas palestras, anunciadas pelo Dr. José Carlos, para que se estenda também às escolas particulares. Relatou situação casuística de seu conhecimento como exemplo. Dr. José Carlos orientou sobre a imprescindibilidade de buscar auxílio do Conselho Tutelar no caso exposto.

Outra participante pontuou sobre a necessidade de que a Justiça faça campanha em geral, com as demais autoridades, quanto ao crime de pedofilia, cujos reflexos nas vítimas são trágicos, levando crianças a atentarem contra a própria vida.

Dr. Eduardo Cury pediu a palavra ao Dr. José Carlos, que lhe foi concedida. Como médico pediatra, expôs sobre o problema social atual,

que nominou como terceirização dos cuidados com a criança, em detrimento das responsabilidades da família com a educação de seus filhos/tutelados. Destacou que esse fator social, aliado à omissão dos pais/cuidadores, tem contribuído para a fragilização da juventude, baixa tolerância a frustrações e a consequente predisposição para desencadeamento da depressão.

Vereadora Cida do Amaral, Enfermeira (integrante da Comissão Permanente de Saúde da Câmara Municipal de Campo Grande), presente na plateia, destacou sobre a importância das Audiências Públicas para divulgação e conscientização sobre a prevenção do suicídio.

Outros dois integrantes da plateia também manifestaram suas considerações, contribuindo para o desenvolvimento dos debates.

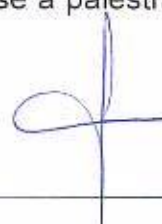
Ainda na participação do público, a Profissional do Hospital Regional de MS presente questionou o Palestrante (Dr. José Carlos) sobre o tratamento de psicoterapia individual. O uso da palavra, entretanto, fora transferido para integrante da Secretaria Municipal de Saúde (Dr<sup>a</sup> Ana Carolina – Coordenadora da Atenção Psicossocial), presente na plateia, a qual respondeu à indagação. Informou sobre os serviços na esfera da Rede Municipal de Saúde que dispõem do serviço e as agendas disponíveis, dentre os quais no Centro de Especialidades Infantis/CEI. Destacou, entretanto, que precisa de um reforço da importância de reconhecer a psicoterapia como importante instrumento terapêutico, inclusive pela Gestão Federal. Pontuou que o ambulatório de psicoterapia do CEM foi recentemente habilitado pelo Ministério da Saúde.

Dr<sup>a</sup> Filomena agradeceu a participação do Dr. José Carlos Rosa Pires, encerrando assim sua palestra às 15h55min.

Na sequência, anunciado o Palestrante Carlos Rezende, Professor de Biologia e Presidente do Instituto Sangue Bom, assumiu a apresentação às 15h56min. Explanou sobre a valorização da vida. Teceu suas observações a partir de situação pessoal de saúde por ele vivenciada, relatando sobre os serviços do SUS do qual usufruiu, a mobilização social em prol de sua saúde e sua, consequente, motivação para a criação do Instituto

Sangue Bom, com objetivo de cadastrar maior número de doadores regulares nos bancos de sangue. No que atine à temática prevenção do suicídio, ressaltou a responsabilidade do Poder Público de enfrentamento ao bullying. Nesse contexto, expôs sobre a importância da prática de esportes, a disciplina de Educação Física nas escolas como fator de socialização, o desenvolvimento integral, preparo para convivência com as frustrações, ao diferente, à afetividade. Avultou a relevância do retorno da disciplina Educação Física na educação básica. Encerrada a apresentação às 16h11min.

Às 16h12min, iniciou-se a palestra do Dr. José Roberto Campos de Souza, como médico homeopata e professor de cursos de especialização em Homeopatia, explicitou sobre a relação entre depressão e suicídio e suas possíveis causas. Destacou que o problema da depressão transcende a esfera de atuação as Promotorias de Justiça de Saúde Pública, ressaltando as questões ambientais que também interferem. Com apoio de recurso visual (slides) explicou sobre os fatores de risco do suicídio, dentre as quais a baixa resiliência dos jovens para enfrentamento de situações problemáticas, reportando-se à Palestra e pontos destacados anteriormente pelo Dr. José Carlos Rosa Pires. Ressaltou alguns dos fatores de proteção contra o suicídio, dentre os quais, o esporte, religião/religiosidade e artes, explanando sobre o estudo sobre o *sentido da vida*. Entretanto, pontificou que esses fatores devem ser como *proteção relativista*, como parcialmente protetores. Ponderou sobre o esporte como fator benéfico, desde que recreativo, haja vista a alta competitividade e tendência a frustrações; o benefício da religião, desde que não seja excludente e intolerante; e da arte ponderada. Salientou a importância de estrutura de governança do país, pois as necessidades básicas e sociais contribuem para a satisfação pessoal do indivíduo. Ponderou sobre a crescente precocidade do abuso do álcool em idade jovem, e a influência dos pais/família como principais incentivadores desse consumo iniciado na esfera do próprio lar. Elencou os serviços de apoio e prevenção ao suicídio, dentre os quais o CVV. Encerrou-se a palestra do Dr. José Roberto às 16h45min.



Em seguida, às 16h46min, foram convidados a compor a mesa as autoridades e palestrantes, sendo dada a palavra à Dr<sup>a</sup> Filomena Aparecida Depólito Fluminhan, que, apresentando os integrantes da Mesa, invocou o público para início dos debates, com a participação das pessoas que se inscreveram.

Ao chamado, a Sr<sup>a</sup> Magali Silva (Psicóloga), às 16h49min, dirigiu sua indagação ao Dr. José Roberto Campos de Souza, médico homeopata, acerca do conteúdo de sua palestra. O Palestrante respondeu ao questionamento, encerrando às 16h52min.

Michele Scarpin (Gerente Estadual da Rede de Atenção Psicossocial), ponderou que, embora os serviços de saúde disponham de mecanismos para o tratamento e prevenção ao suicídio, outras áreas de abordagem devem ser implementadas e incentivadas, tal como o esporte.

Dr<sup>a</sup> Filomena destacou a importância da Educação Física, pois o enfrentamento vai além da questão da saúde fisiológica, e bem assim, salientou que, por intermédio da 32<sup>a</sup> Promotoria de Justiça, encaminhará a proposta para a reinserção e incentivo da Educação Física.

Ana Ruas parabenizou pela iniciativa da presente Audiência Pública e a relevância desse ato.

Alvina Golveia (profissional do Hospital Santa Casa), indagou sobre os encaminhamentos do paciente com ideação suicida para continuidade do tratamento de psicoterapia, após alta hospitalar (às 17h). Em resposta, representante da Coordenadoria dos Serviços de Saúde Mental explicou sobre o fluxo do paciente na Rede de Atenção Psicossocial, encerrando às 17h05min.

Às 17h06min, Dr. Juberty Antonio de Souza assumiu a palavra, expondo sobre as fases da ideação suicida. Explicou sobre a importância da internação para continuidade do tratamento do pretenso suicida, ante a precocidade das altas sem o efetivo restabelecimento desse paciente, que, com a descontinuidade do tratamento diante da insuficiência dos serviços

de retaguarda disponíveis, atinge a consumação do suicídio. Destacou que, em Campo Grande, não há aparato/suporte para atendimento a pacientes com ideação suicida. Enlevou a relevância do trabalho da equipe multiprofissional (médico, terapeuta, enfermeiro etc.) para o adequado atendimento.

Dr. Eduardo Cury, às 17h15min, pediu a palavra para destacar que também existem outras doenças que conduzem ao suicídio (metabólicas, tumorais etc.), e bem assim, que é fundamental a atenção para esses outros enfoques. Em relação ao público infantil, ponderou sobre a necessária abordagem do tratamento da família, explicando que existem outros fatores relacionados ao ambiente familiar para a ideação suicida infantil.

Dr<sup>a</sup> Filomena Aparecida Depólito Fluminhan, às 17h18min, sobre esse cenário, explanou quanto ao uso excessivo das redes sociais e seus reflexos na saúde mental do público mais jovem. Discorreu ainda, que é fundamental a ampliação dos leitos de internação hospitalar de psiquiatria para o adequado tratamento. Elencou sobre as medidas administrativas e judiciais promovidas pela 32<sup>a</sup> Promotoria de Justiça para melhoria do acesso à Rede de Atenção Psicossocial, dentre essas medidas, ressaltou a Recomendação emitida para ampliação do número de leitos psiquiátricos. No tocante aos leitos de acolhimento em Centros de Atenção Psicossocial/CAPS, destacou as investigações em trâmite na 32<sup>a</sup> Promotoria de Justiça para regularização da estrutura de funcionamento do CAPS AD IV atualmente implantado; bem como a Recomendação emitida, recomendando ao Município a transformação de um CRS/Centro Regional de Saúde em CAPS AD IV. Esclareceu que tanto o Conselho Municipal de Saúde como o Município de Campo Grande anuíram à recomendação, de modo que estão sendo adotadas as medidas para a instalação do novo CAPS AD IV, fundamental para atender a alta demanda de pacientes que atualmente permanecem nos Serviços de Urgência 24h (Unidades de Pronto Atendimento e Centros Regionais de Saúde). Junto com essa Recomendação, também foi recomendado ao Município que realize o Matriciamento com capacitação dos profissionais atuantes na Rede Municipal de Saúde, para adequada abordagem

do paciente com doença ou transtorno mental em geral, inclusive pacientes com ideação suicida.

Na sequência, Tayllon Henrique Silva Alves, que se identificou como Advogado Geral do Hospital Adventista do Pênfigo, explanou o interesse do Hospital em contratualizar com o Município de Campo Grande, para implementação de Leitos de Psiquiatria vinculados ao SUS, pontuando que a instituição possui estrutura para tanto.

Tom de Almeida (Diretor do Grupo Amor Vida), às 17h37min, se apresentou representando a entidade Grupo Amor Vida, existente há 18 anos em Campo Grande e que tem o desiderato de ajudar e apoiar na prevenção ao suicídio. Relatou que realizam mais de 500 atendimentos por mês, por meio de seus 60 (sessenta) voluntários, para acolhimento e apoio emocional aos atendidos. Reivindica maior atenção e reconhecimento da Instituição como importante Rede de Ajuda e Apoio, destacando que, apesar das inúmeras intervenções da entidade, não são prestigiados com parcerias. Destaca que não possui vínculo religioso ou político.

Às 17h42min, foi solicitado pela Dr<sup>a</sup> Filomena e integrantes da Mesa para que seja informado o contato telefônico da Instituição. Na sequência, a Dr<sup>a</sup> Filomena, presidindo a Audiência Pública, conduziu o ato para os encaminhamentos finais, ponderando que é imprescindível ter por foco a prevenção.

Dr<sup>a</sup> Luciana do Amaral Rabelo, 72<sup>a</sup> Promotora de Justiça de Campo Grande, expôs sobre o projeto voltado para a prevenção ao suicídio no âmbito da violência doméstica. Explicou que está sendo realizado o mapeamento para posterior divulgação, e, desde já, anunciou a solicitação de apoio da entidade representada pelo Sr. Tom Almeida - Grupo Amor Vida.

Às 18h05min, Sandra (representante do CAPS Afrodite), consignou que todos os Centros de Atenção Psicossocial/CAPS nesta Capital atualmente fazem o Matriciamento e ainda, Visita Compartilhada. Informa que possuem 17 unidades de saúde matriciadas, de modo que, quando o paciente

com ideação suicida ou em crise procura atendimento nesses serviços, são devidamente encaminhados para os CAPS.

Indagado, às 18h13min, o Dr. Nélío Stáville explicitou a contribuição do Poder Judiciário no enfrentamento dos problemas afetos à saúde mental, expondo que, embora somente possa atuar mediante provocação nas ações judiciais, existe o Comitê do Fórum do Judiciário para a Saúde, do qual a Dr<sup>a</sup> Filomena também é integrante, mediante o qual são tratadas com o Poder Público as propostas de melhorias nos serviços.

Realizadas as considerações finais pela 32ª Promotora de Justiça, a partir do que fora angariado no presente Ato, foram procedidos os seguintes **ENCAMINHAMENTOS FINAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, em suma:

I) Encaminhar à Comissão de Saúde da Câmara Municipal a solicitação de realização de Audiência Pública no âmbito de atuação da Comissão Permanente da Câmara Municipal de Campo Grande, para tratar com as Secretarias Municipal e Estadual de Saúde e Secretarias Municipal e Estadual de Educação a respeito da prevenção ao suicídio, convidando além dos atores presentes na presente Audiência Pública, também os representantes de todas as Escolas Municipais e Estaduais de Ensino Médio desta Capital, e bem assim, de representantes de todas as Universidades da Capital;

II) Encaminhar à Comissão de Saúde da Câmara Municipal a solicitação de realização de Audiência Pública no âmbito de atuação da Comissão Permanente da Câmara Municipal de Campo Grande, para discussão a respeito da reinserção obrigatória da atividade física/educação física nas escolas de ensino médio como disciplina obrigatória, em vista da destacada importância do esporte para a prevenção da depressão e do suicídio, conforme exposto pelos palestrantes.


III) O Ministério Público Estadual dará prioridade ao andamento dos Inquéritos Cíveis que investigam o serviço de saúde mental, bem como aos Procedimentos Administrativos que acompanham a implantação


de políticas públicas na mesma seara, os quais estão em trâmite na 32ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública, quais sejam:

- IC 06.2018.00002909-0, que tem por objeto aumentar o número de leitos psiquiátricos em hospitais públicos e conveniados ao SUS no município de Campo Grande;
- 06.2018.00002892-5, que apura a necessidade de ampliação de Leitos de Internação Hospitalar AD (Álcool e Drogas) no município de Campo Grande;
- IC 06.2019.00000654-6, que apura supostas irregularidades sobre a demanda de pacientes que aguardam nas UPA's e CRS's encaminhamento a leitos de urgência e/ou de acolhimento noturno nos Centros de Atenção Psicossocial-CAPS desta Capital;
- IC 06.2019.00000734-5, que apura se o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas Fátima M. Medeiros/CAPS AD IV possui os profissionais e em quantitativos exigidos pela Portaria n. 3588, de 21/12/2017 do Ministério da Saúde, bem como se a Sala de Emergência possui os materiais e equipamentos mínimos para os atendimentos de urgências/emergências";
- PA 09.2019.00001742-1, que acompanha a implantação, efetiva instalação e funcionamento do "Comitê Estadual de Prevenção do Suicídio de Mato Grosso do Sul";
- PA 09.2019.00001758-7 – que tem por objeto acompanhar e fiscalizar o atual Plano Estadual de Saúde no âmbito da Saúde Mental, para implementação e fortalecimento da RAPS-Rede de Atenção Psicossocial no Estado de Mato Grosso do Sul.

IV) Encaminhar cópia da Ata da Audiência Pública à Secretaria Municipal de Saúde, para fins de análise do interesse/possibilidade do Município realizar contratualização de Leitos Psiquiátricos e de Álcool e Drogas/AD com o Hospital do Pênfigo nesta Capital, cuja disponibilidade foi manifestada por representante do Hospital do Pênfigo na Audiência Pública, visando atender à Recomendação n. 007/2019/32PJ/CGR emitida pela 32ª

Promotoria de Justiça que recomendou a implementação de Leitos Psiquiátricos no município de Campo Grande.

Nada mais foi dito, encerrada a Audiência Pública às 18h21min. Eu,  Ofélia Letícia Soares da Silva, Assessora Jurídica do Ministério Público Estadual, lavrei a presente Ata.



**FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN**  
**32ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DA SAÚDE PÚBLICA**